

BENEFÍCIOS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA

Bruno Morais Kos¹

RESUMO: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) constituem formas de cuidado em saúde diferentes da medicina alopática, priorizando a integralidade do indivíduo no manejo terapêutico. Revisar a literatura científica com a finalidade verificar as principais práticas integrativas e complementares, junto com seus benefícios, disponibilizada para usuários no âmbito do Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma revisão integrativa, utilizando estudos nas bases de dados Lilacs, Medline e Science Direct, buscados através de descritores indexados na plataforma de Descritores de Saúde (DeCS), selecionado através do critério de inclusão e exclusão estabelecidos. Dentre essas práticas, destacam-se a Acupuntura, Fitoterapia, Homeopatia, Lian gong, Meditação, Reiki, Tai Chi Chuan e Yoga. Sua utilização durante o tratamento em pacientes portadores de doenças crônicas foi bem relatada, melhorando a qualidade de vida dos mesmo. Portanto, as PICS mostram vários benefícios e diversidade para o tratamento dos pacientes.

Palavras-chave: Terapias complementares, Paciente, Sistema Único de Saúde.

160

Área Temática: Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) consistem em tratamentos, utilizando recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir diversas doenças como depressão e hipertensão (BRASIL, 2018). Essas práticas referem-se ao conjunto de cuidados em saúde denominados de Medicina Tradicional e Medicina Complementar e Alternativa (MT) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (BOCCOLIN *et al.*, 2020).

No Brasil, no ano de 1986, representou um marco para a criação da política nacional de implementação da MT no sistema de saúde do país (BRASIL, 2018). Durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, houve a deliberação no relatório final pela introdução dessas práticas terapêuticas no âmbito dos serviços de saúde, bem como por ficar a critério do usuário a escolha das terapias desejadas no tratamento (BOCCOLIN *et al.*, 2020). Assim, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e

¹Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, Piauí, Brasil.

Complementares (PNPIC) pela Portaria nº 971 de maio de 2006 (BRASIL, 2018).

Atualmente, o Brasil é referência mundial sobre as PICS, onde as instituições de saúde contam com sofisticados recursos tecnológicos e profissionais cada vez mais qualificados nas diversas especialidades da saúde, atuando com foco na estrutura física do corpo (BARROS *et al.*, 2020). Entretanto, estas práticas ainda não estão disponíveis para atender igualmente a toda população no país (BARBOSA *et al.*, 2019). Nesse contexto, as PICS não são ofertadas de maneira eficiente para beneficiar todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SANTOS, 2016).

OBJETIVOS

Este estudo visa revisar a literatura científica com a finalidade de analisar as principais práticas integrativas e complementares, verificando sua utilização para melhorar a qualidade de vida dos usuários no âmbito do Sistema Único de Saúde.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Os estudos foram pesquisados nas bases de dados Lilacs, Medline e Science Direct. Como critério de inclusão foram considerados artigos publicados entre 2011 a 2021, estudos primários e sem restrição de idioma. Foram excluídos: estudos repetidos, artigos de opinião, monografias, teses, dissertações e outras revisões. A busca foi realizada com o uso dos descritores paciente, terapias complementares, sistema único de saúde, seus sinônimos, combinados com os operadores booleanos AND e OR, indexados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), conforme mostrados a seguir: (*Patient OR Adult OR Aged*) AND (“*Complementary Therapies*” OR “*Complementary and Integrative Health Practices*”) AND (“*Unified Health System*” OR SUS) e (Paciente OR Adulto OR Idoso) AND (“Terapias Complementares” OR “Práticas de Saúde Complementares e Integrativas”) AND (“Sistema Único de Saúde” OR SUS).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram encontrados 109 estudos, sendo excluídos 103 devido aos seguintes critérios: 58 incompletos ou pagos; 30 eram teses, dissertações, artigo de opinião e outras revisões; 4 duplicados e 11 por fuga ao tema elucidado no objetivo proposto. Apenas 6 estudos foram considerados legíveis para esta revisão integrativa. Os estudos apontam que as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) representam um avanço no cuidado em

saúde, pois se contrapõem à fragmentação das ações, medicalização excessiva, necessidade de aparato tecnológico e alto custo de procedimentos (AMADO *et al.*, 2017). Essas características presentes na medicina alopática objetivam a resolução de doenças, cuja origem é pautada exclusivamente em desordens biológicas/orgânicas (BARBOSA *et al.*, 2019).

De acordo com dados obtidos do Ministério da Saúde, em 2017, plantas medicinais e fitoterapia foram a prática mais ofertada na atenção primária à saúde, representando 49%, seguida das práticas corporais da Medicina Tradicional Chinesa que totalizaram 34% da oferta (BOCCOLIN *et al.*, 2020). Em 2019, o número de usuários de ambas as práticas foi praticamente o mesmo, porém essa quantidade foi alcançada pela Fitoterapia com menos atividades, o que evidencia a maior popularidade dessa prática em detrimento do Lian gong (BRASIL, 2020).

Os conhecimentos tradicionais em plantas medicinais são amplamente utilizados pela população brasileira desde o período pré-colonial (BARBOSA *et al.*, 2019). Até a criação do Sistema Único de Saúde em 1988, as plantas medicinais compunham a principal forma de tratar as enfermidades dos brasileiros devido à facilidade de acesso e ao baixo custo em comparação com o atendimento médico alopático da época (AMADO *et al.*, 2017). Essa tradicionalidade torna a Fitoterapia uma das primeiras opções de PICS a ser procurada atualmente pela população (FONTENELE *et al.*, 2013).

Em relação à análise das motivações que levam a população brasileira a procurar as Práticas Integrativas e Complementares, averiguou-se: presença de fatores socioeconômicos, reações adversas com medicamentos alopáticos, falta de acesso à assistência médica, busca pelo bem-estar e qualidade de vida, procura por atendimento humanizado e compatibilidade com valores e crenças (SANTOS, 2016). Países em desenvolvimento o uso das PICS está relacionado com o alto custo do tratamento médico alopático e à falta de acesso dessas populações à medicina alopática, enquanto em países ricos a insatisfação com o sistema de saúde e a busca pelos benefícios das práticas são os principais motivos (BARROS *et al.*, 2020).

Dentre as práticas elegíveis para o manejo de doenças crônicas, incluem: Acupuntura, Fitoterapia, Homeopatia, Lian gong, Meditação, Reiki, Tai Chi Chuan e Yoga (BOCCOLIN *et al.*, 2020). Por outro lado, em relação ao tratamento de doenças agudas, apenas as práticas Acupuntura, Fitoterapia e Reiki foram citadas (SANTOS, 2016). Percebe-se que a indicação das PICS é majoritariamente para doenças crônicas, com o objetivo de contribuir com o tratamento convencional e promover qualidade de vida aos usuários

(AMADO *et al.*, 2017).

As práticas que se destacam nesta temática são o Reiki, Yoga, Fitoterapia e o Lian gong, por contemplarem o tratamento de doenças crônicas como hipertensão, diabetes e depressão (BARBOSA *et al.*, 2019). O fato dessas quatro práticas pertencerem a classificações distintas de terapias biológicas (Fitoterapia), terapias energéticas (Reiki e Lian gong) e intervenção mente-corpo (Yoga), evidencia a eficiência das PICS como um todo para o tratamento de doenças e não apenas alguns tipos de práticas em detrimento de outros (BARROS *et al.*, 2020).

Em relação às indicações do Lian gong para doenças crônicas, esta é indicada para dores no corpo, problemas articulares, respiratórios e circulatórios, além de disfunções dos órgãos internos (BARBOSA *et al.*, 2019). Por outro lado, os impactos do Reiki e da reflexologia podal na saúde de pacientes crônicos e averiguaram melhoras nas dores corporais, ansiedade, insônia e no estresse desses indivíduos (BARROS *et al.*, 2020).

Em resumo, devido à concepção holística do cuidado em saúde que compõe a filosofia das PICS, observa-se que os benefícios conseguidos pelos usuários permitem que o indivíduo alcance melhorias não apenas no seu quadro patológico/aspecto físico, mas também na sensação de bem-estar e no convívio social e familiar. Há crescimento pessoal, visto que o usuário passa a olhar para si e compreende a necessidade da autorresponsabilidade em saúde, ampliando as perspectivas do autocuidado. Desse modo, há melhoria da autoestima, empoderamento, autonomia, maior adesão ao tratamento alopático e diminuição no consumo de medicamentos.

CONCLUSÃO

Portanto, as PICS estão difundidas em todo o Brasil, ofertadas isoladamente ou em conjunto com atendimentos alopáticos nos serviços públicos de saúde, sendo indicadas para o tratamento de doenças crônicas e agudas. São utilizadas no intuito de promover a saúde da população e auxiliar no tratamento de doenças recorrentes, pois geram inúmeros benefícios físicos, mentais e sociais indispensáveis para a manutenção da qualidade de vida dos usuários.

Este estudo mostrou que a Fitoterapia destacou-se como a prática mais utilizada pela população. Os fatores socioeconômicos, reações adversas com medicamentos alopáticos, insatisfação com o sistema de saúde, falta de acesso à assistência médica, busca pelo bem-estar e qualidade de vida, além da procura por atendimento humanizado e compatibilidade

com valores e crenças, foram os motivos que levaram os usuários a usar as PICS.

Identificou-se uma desproporcionalidade relacionada a oferta das PICS em diferentes regiões do Brasil. A ausência de publicações sobre a viabilidade de implementação, condições e benefícios para estas regiões menos favorecidas entende-se como necessário tanto para complementar esta pesquisa quanto em aumentar a oferta destas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Daniel Miele *et al.* Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, 10 anos: avanços e perspectivas. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care**, v. 8, n. 2, p. 290-308, 2017.

BARBOSA, Fernanda Elizabeth Sena *et al.* Oferta de práticas integrativas e complementares em saúde na estratégia saúde da família no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00208818, 2019.

BARROS, Leylaine Christina Nunes de *et al.* Práticas Integrativas e Complementares na atenção primária à saúde: percepções dos gestores dos serviços. **Escola Anna Nery**, v. 24, 2020.

BOCCOLINI, Patricia de Moraes Mello; BOCCOLINI, Cristiano Siqueira. Prevalence of complementary and alternative medicine (CAM) use in Brazil. **BMC complementary medicine and therapies**, v. 20, n. 1, p. 1-10, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso**. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

FONTENELE, Rafael Portela *et al.* Phytotherapy in primary health care: perspectives of managers and professionals in the Family Health Program of Teresina, Piauí, Brazil. **Ciencia & saude coletiva**, v. 18, n. 8, p. 2385, 2013.

SANTOS, Maria Aparecida. Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde do Brasil: inusitadas mediações. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 1, p. 176-184, 2016.